




**Poder Judiciário  
de Mato Grosso**  
Instalado em 1º de maio de 1874

# PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Valéria Martinazzo  
Psicóloga do Poder Judiciário

- 
- O Direito da Criança e do Adolescente demarcou um campo especial no ordenamento brasileiro. A partir de 1988 crianças e adolescentes são reconhecidos na condição de sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção no mundo adulto.

- A proteção integral às crianças e adolescentes está consagrada nos direitos fundamentais inscritos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 3 e 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990). A promulgação destes direitos fundamentais tem amparo no status de prioridade absoluta dado à criança e ao adolescente, uma vez que estão em peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento.


# Art. 227/CF


- “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

# Lei 8.069/90

- Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

- Para Veronese (1996) o surgimento de uma legislação que tratasse crianças e adolescentes como sujeitos de direitos era imprescindível, evitando que os preceitos constitucionais fossem reduzidos a meras intenções. Sendo crianças e adolescentes titulares de direitos próprios e especiais, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, tornou-se necessária a existência de uma proteção especializada, diferenciada, integral.

- 
- Extrai-se do art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que o dever de assegurar este sistema especial de proteção cabe à família, comunidade, sociedade em geral, poder público, que o farão com absoluta prioridade.

- 
- Liberati (2003) entende prioridade absoluta como estar a criança e o adolescente em primeiro lugar na escala de preocupações dos governantes, que em primeiro lugar devem ser atendidas as necessidades das crianças e adolescentes.



- “Por absoluta prioridade, entende-se que, na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas moradias e trabalho, não se deverão asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos etc, porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto, que ficam para demonstrar o poder do governante.” (LIBERATI, 2003. p. 47).

# POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

(Clique na imagem para abrir o arquivo)

## Planos Federais



Programa Nacional de Direitos Humanos



Plano Nacional pela 1ª Infância

Plano Nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária



Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador



Plano Nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

## Planos Distritais

Plano Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil



Plano Distrital pela Primeira Infância

Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal - Meio Aberto -

Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal - Semiliberdade -

Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal - Internação -



# A Realidade em Tangará da Serra

- REDE DE PROTEÇÃO
- VARA DA FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE
- AGENTES DA INFÂNCIA
- CMDCA
- CONSELHO TUTELAR
- CASA DA CRIANÇA
- CASA DO ADOLESCENTE
- PROJETO PADRINHOS
- PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA
- ADOÇÃO
- ENTREGA LEGAL
- CRAS
- CREAS
- ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- OFICINAS CULTURAIS

# Medidas de Proteção

- **Art. 101.** Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

# Medidas Socioeducativas

- **Art. 112.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

- No sentido de concretizar os direitos e contribuir para a efetivação da cidadania, torna-se indispensável a implantação de políticas públicas, programas, atividades, ações do cotidiano que atendam crianças e adolescentes nas demandas próprias do seu desenvolvimento, atingindo de igual forma as suas famílias. É necessário um comprometimento efetivo com a criança e adolescente, para que seja fortalecida a nova ordem recomendada pela Doutrina da Proteção Integral, com vistas à promoção da sua dignidade humana e o pleno exercício da cidadania.